

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 145 - Abril de 1978

EDITORIAL

A Campanha eleitoral e o desenvolvimento da unidade

«A Campanha eleitoral, criando condições para que se verifique a convergência dos diversos processos setoriais com o movimento geral da luta oposicionista, pode, sem dúvida alguma, transformar-se num fator de fundamental importância para o desenvolvimento das lutas da classe operária na atual conjuntura. Transformar esta possibilidade num movimento real, capaz de impor novas derrotas ao regime, é, hoje, a principal tarefa das forças antiditatoriais.»

Com este parágrafo, terminávamos o artigo sobre a conjuntura política em nosso último número. E se a ele voltamos não é por acaso. Mais do que nunca, e cremos que pelo menos ainda ao longo de todo este ano, ele guarda uma inegável atualidade. Porque se em 1974 o resultado das eleições serviu para mostrar o imenso grau de insatisfação, e mesmo de indignação, da maioria absoluta de nosso povo, a campanha de 1978 se oferece com condições de representar algo de muito mais profundo. Mais do que pensar em um plebiscito, ela nos dá a possibilidade de reafirmar o que queremos em lugar disto que aí está. E por quê?

Antes de tudo, há que considerar o quadro em que hoje vivemos, completamente distinto do de quatro anos atrás. O nível de consciência, de iniciativa e de manifestação de luta dos diversos setores da sociedade, se ainda não é o que poderia e deveria ser, já é sem dúvida muito mais elevado do que o que constatávamos naquela época. Dos sindicatos operários mais representativos às organizações que congregam profissionais liberais e intelectuais, ninguém mais se limita a constatar a falência dos propósitos deste regime que só se mantém pela força e pelo arbítrio. Vários são os documentos e manifestos assinados, inúmeras as entrevistas de personalidades democráticas das mais diversas concepções políticas e ideológicas em que se apresentam propostas concretas onde alguns pontos são constantes: anistia ampla, fim da legislação de arbítrio, liberdade de organização política e sindical, reconhecimento do direito de greve, para não enumerar mais uma série de outros.

Por seu lado, ao regime — desmoralizado em suas veleidades de «aberturas possíveis» depois do espetáculo grotesco da convenção da Arena — não resta outra tática além das ameaças de «explosão» simultâneas aos esforços demagógicos para tentar dividir o conjunto de forças que compõem a frente antiditatorial.

Os seus estrategistas têm consciência de que uma nova derrota eleitoral é muito perigosa para os projetos de manutenção do atual estado de coisas. E tão certos estão de sua impopularidade que não se envergonham em reconhecer a necessidade de mudanças. Mas tentam condicioná-las a uma necessidade de vitória do governo nas próximas eleições. Isto é falso. O regime recorre à chantagem porque já não pode ocultar a face real do «diálogo».

As forças democráticas é que não podem se enganar. Pois justamente com uma vitória esmagadora, capaz de neutralizar o caráter fraudulento do «pacote de abril», é que se poderá impedir uma nova ofensiva do fascismo. Se houver hesitação nesta campanha e se se permitir que a desmoralizada Arena consiga ter mais votos do que o MDB, o «príncipe herdeiro» se sentirá com as mãos livres para por em prática os seus propósitos já não ocultados de nos fazer mergulhar até mesmo em um período ainda mais negro.

O que fazer então? Sobretudo bater-se para a manutenção da unidade das forças democráticas e do MDB em torno de um programa mínimo que «vincule a dimensão da luta pelas liberdades democráticas à dimensão da luta pela soberania nacional, e que, insistimos, contemple as reivindicações urgentes e mais sentidas das massas trabalhadoras, dos setores descontentes do empresariado nacional, da intelectualidade, da juventude, das mulheres», como já propunhamos em nosso último editorial. A campanha eleitoral é uma grande oportunidade que se nos oferece no sentido de cimentar esta unidade não somente na luta contra o regime atual, mas também no lançamento de bases concretas para o que pretendemos construir em substituição a isto que aí está.

1968-1978: a vida mostra a quem serviu o aventureirismo

(pág. 5)

Quando uma chantagem vira instrumento político

(pág. 3)

Um 1º de maio ainda sem festas, mas...

(pág. 2)

No movimento universitário há erros que não podem ser repetidos

(pág. 4)

A Constituinte como marco de um novo regime

(pág. 7)

O que se passa com as ditaduras militares do Cone Sul?

(pág. 8)

Um 1º de maio ainda sem festa, mas já com a marca das lutas sindicais

Neste 1º de Maio, a classe operária brasileira poderá, com justificada satisfação, comemorar o início de um processo através do qual ela conquista sua integração, como ente social com identidade própria, à vida nacional.

A partir das lutas travadas, dos passos dados com dificuldade, ela começa a demolir as barreiras erigidas pela ditadura militar-fascista para desligá-la de seu passado histórico, densamente simbolizado na data que estaremos comemorando brevemente. Fazendo-o, os trabalhadores brasileiros aproximam-se de seu destino de classe, cujas premissas nasceram com o próprio capitalismo.

Não haverá ainda, neste 1º de Maio, as grandes festas em que os operários têm um encontro com sua própria consciência de classe. As comemorações, como qualquer fenômeno social, dependem do contexto político e institucional.

Mas o que se viu na maior parte destes 14 anos também não se repetirá. Comemorações discretas, espezinhadas pelas ameaças e ações repressivas, contrastando com grandes promoções demagógicas do governo. De um lado, surdina e precaução. De outro, desprezo pela «população» e tentativas de manipulação.

Não, não estamos mais nesta situação. As comemorações organizadas pelos sindicatos terão este ano, queiram ou não os donos do poder, um outro sentido, mesmo quando assumirem formas semelhantes às de ontem. Um dia de descanso, que é ele mesmo conquista da classe operária, um dia de festa ainda prudente e contida, mas de confiança renascida, de encontro, de identificação. Os operários já não falarão apenas de vicissitudes e perseguições. Há outros assuntos, de uma qualidade diferente, para motivar as conversas.

As comemorações que terão lugar em milhares de sindicatos ainda não serão coordenadas nacionalmente ou mesmo regionalmente. Mas terão um significado unitário objetivo. O que de mais rico sairá destas reuniões serão os pontos programáticos da luta dos trabalhadores, reiterados em discursos e mensagens. Fazendo um balanço de seus combates, eles estarão preparando os movimentos futuros.

Se dependessem da sorte que lhes destinam os chefes da ditadura, os operários estariam temerosos. Não disse mais uma vez o chefe do SNI, com cinismo e arrogância, que «o povo não está preparado para votar»?

O que vai infundir-lhes confiança é a redescoberta, apenas iniciada, de sua própria força. Tudo o que fazem os reacionários não passa, ao fim e ao cabo, de um esforço histórico para impedir o desabrochar dos

frutos da unidade dos oprimidos. Os símbolos têm sua própria lógica: não é por acaso que o 1º de Maio comemora a saga de um grupo de operários assassinados há quase 100 anos em Chicago, no coração da maior potência capitalista.

Anistia: uma campanha justa na luta pela democracia

O crescimento da campanha da Anistia é, antes de mais nada, um sinal dos tempos em nosso país. As anistias são conseguidas, sempre, a partir de uma pressão social e política das forças atingidas por um regime de opressão. Muitas vezes, sua conquista indica que a correlação de forças no interior da sociedade modificou-se, que a tendência histórica dominante inverteu-se. O caso da Bolívia é recente e ilustra bem esta hipótese.

Em nosso caso, a incorporação da Anistia à plataforma imediata e geral do campo democrático é sintoma daquilo que chamamos de declínio histórico da ditadura. Fala-se em anistia há muitos anos — e, neste sentido, a insistência pioneira de Alceu Amoroso Lima não será jamais esquecida —, mas o fato de que esta palavra de ordem tenha ampliado sua audiência e suscitado a organização de uma verdadeira campanha mostra que: 1) as pessoas sentem que a anistia deixou de ser uma reivindicação genérica e intemporal, sentem que ela pode ser concretamente obtida. E esta sensibilidade é política. 2) Sua obtenção transformou-se numa necessidade da própria evolução da situação política nacional.

Há anistias e anistias. Poderíamos mesmo dizer que há anistias e há a anistia. A avaliação da profundidade e das consequências positivas de uma anistia tem que ser feita politicamente. Não se trata de examinar apenas os aspectos humanos, jurídicos e mesmo sociais de uma anistia. A anistia arrancada a Banzer pela frente democrática, na Bolívia, não tem o mesmo significado das anistias concedidas — sempre sob pressão, sem dúvida — por Mussolini, na década de 30, ou por seu discípulo Pinochet, há algumas semanas. Ao se ter em vista o sofrimento de um conjunto de pessoas atingidas pela repressão, por mais importante que ele seja, não se pode perder de vista o sofrimento da grande maioria dos indivíduos que compõem a sociedade. Não se pode esquecer que uma coisa está ligada à outra.

Digamos claramente: a anistia pela qual nós, comunistas, lutamos, é a anistia geral e irrestrita, é uma medida política de grande

alcance que represente, juntamente com outras conquistas, a superação de uma etapa sombria da vida nacional. A anistia pela qual lutamos é aquela que se consegue quando a ditadura é derrubada, como aconteceu em 1945. Ela tem um sentido político inequívoco e, por isso mesmo, tem um sentido social e humano abrangente e profundo.

Ao mesmo tempo, afirmamos que qualquer vitória que se consiga nesta direção, ainda que parcial, é importante e merece ser alvo de todo o empenho dos democratas. Qualquer medida de anistia que se conseguir arrancar à ditadura agora ou no futuro próximo será útil e importante. Representará uma fratura no aparato jurídico-policial repressivo do regime. Aliviará situações de injustiça flagrante e integrará em seus direitos de cidadania homens e mulheres representativos de diferentes correntes políticas e de pensamento.

As vantagens de uma anistia parcial são evidentes: início de um processo de reparação de arbitrariedades que tende a se tornar irreversível, passo adiante na luta pela conquista das liberdades públicas e individuais. Mas suas possibilidades negativas não podem ser subestimadas. Se a ditadura tiver condições de conceder uma anistia parcial e restritiva, como pretende o chefe do SNI, ela estará tentando, através da discriminação, isolar objetivamente algumas forças das demais que compõem o campo da democracia. Uns poderão se reintegrar à vida nacional plenamente, outros parcialmente, enquanto a outros se interditará esta possibilidade.

Na medida em que isto aconteça, e dependendo dos demais componentes da situação política, estaremos diante de um problema, de um elemento negativo para a luta pela conquista do regime de plenas liberdades democráticas a que almeja hoje a imensa maioria dos brasileiros. O ponto nevrálgico é o seguinte: uma anistia parcial que se consiga obter servirá ou não, e em que medida, para unir as forças que compõem o campo democrático?

O problema não pode ser resolvido com clareza dentro de seus próprios limites. A resposta depende de como for feita a integração desta campanha no conjunto das lutas antiditatoriais. A questão é que a luta pela anistia não pode deixar, em momento algum, de estar inserida no processo geral da luta pela conquista de um regime democrático. Regime democrático será aquele que *subsistir* a ditadura. E é por isso que não tem sentido contrapor a campanha da Anistia à campanha da Constituinte. Elas não se excluem mutuamente, elas integram o mesmo grande espaço político que é o objetivo de nossas lutas. Não é por acaso que a ditadura aceita examinar a questão da anistia (para aplicar aquela que lhe interessa, é claro), e ataca furiosamente a idéia da Constituinte. A nós, do lado de cá, cabe defender renhidamente a proposta da Anistia, ou de anistias, como passos na marcha que nos levará ao fim da ditadura, jamais como passos isolados. A Anistia, medida política de caráter geral, é irmã gêmea da Constituinte.

Chantagens do «herdeiro» mostram a face real do «diálogo» que o regime quer

O discurso de Figueiredo no encerramento da convenção da Arena reflete de modo evidente as dificuldades que encontra o regime atual para levar adiante sua política antidemocrática. O discurso é, em si mesmo, um repositório de contradições e de promessas vagas, em que se alternam passagens demagógicas e ameaças veladas às correntes democráticas nacionais. Alguns trechos, no entanto, merecem um comentário mais detido, pela importância de que se revestem. Assim é que, em determinado momento, o general-candidato faz uma opção decisiva: entre as diversas sugestões de reformas que há hoje no Brasil, algumas utópicas, outras ultrapassadas (no entender do general), ele opta pelas que «buscam uma progressiva consolidação constitucional que dê ao Estado instrumentos e mecanismos para sua destinação de servir ao povo, executar sua vontade e preservá-lo contra a ação de minorias predatórias ou dominadoras».

Cabe de imediato perguntar: quem é, no Brasil, a minoria predatória e dominadora? Quem, em última análise, governa contra o povo? O povo brasileiro conhece a resposta a esta pergunta pois é ele quem sofre, na própria carne, há quatorze anos, os desmandos e arbitrariedades do regime minoritário que, numa farsa escandalosa, faz de Figueiredo o «herdeiro».

Criar instrumentos que permitam ao Estado servir ao povo significa, na prática, e antes de mais nada, permitir que o povo possa se exprimir livremente, coisa que a minoria antidemocrática atualmente no poder nunca fez, e está certamente longe de fazer. Criar mecanismos que permitam ao Estado executar a vontade popular significa, como todos sabem, restabelecer a democracia no Brasil; e em torno disto, Figueiredo não se comprometeu nem poderia se comprometer.

Chegou-se, portanto, a uma situação em que as exigências de mudança institucional, ainda que diferenciadas no seu conteúdo, são de tal ordem que o candidato de um regime terrorista e arbitrário, como é o regime brasileiro, é obrigado a se referir à necessidade de criação de um Estado a serviço do povo. Mas, e aí parece estar o essencial do problema, como chegar a ele?

Nós, comunistas, sempre deixamos clara a nossa posição a este respeito. A democracia no Brasil será, até onde se possa ver, o resultado de um processo em que a unidade das forças democráticas e antiditatoriais é acompanhada e estimulada por um aumento da participação e da combatividade dos setores principais do movimento popular, particularmente da classe operária. As propostas e promessadas «reformas» do regime não são outra coisa senão a consequência do desgaste e do isolamento progressivos da

ditadura que, para se manter, é obrigada a fazer concessões. Para Figueiredo e outros, a realização dessas «reformas» significa que a democracia terá chegado ao Brasil. Para as forças democráticas, trata-se de um recuo do regime, provocado pelo seu próprio isolamento.

Mas o mais curioso, e ao mesmo tempo inquietante, na discussão que se trava hoje nos círculos governamentais sobre a questão das «reformas» é a maneira como esta questão aparece ligada ao processo (e ao resultado) eleitoral. A posição do general-candidato é neste ponto taxativa: ou a Arena ganha ou não haverá reformas. O que equivale a dizer que as forças democráticas, das quais o MDB é parte integrante, não podem sair vitoriosas da luta eleitoral. Poucas vezes se terá visto em nossa história política chantagem tão crua e tão brutal.

Já datam de algum tempo o mal estar e o desassossego dos dirigentes arenistas e do próprio núcleo militar do regime no que se refere às eleições de novembro de 1978. Para ser mais preciso, tais sentimentos datam de novembro de 1974, e vêm se avolumando desde então. A partir do voto maciçamente contrário à política do regime, naquele momento, a Arena e o governo Geisel começaram a se colocar o problema de como evitar a repetição de um resultado tão negativo nas eleições seguintes. Duas parecem ter sido as respostas encontradas para fazer frente a tão difícil situação. A primeira consistia em desenvolver a política de «distensão» prometida por Geisel desde a sua chegada ao poder; tratava-se, em última análise, de alargar as bases do regime, incorporando reivindicações mínimas das correntes liberais, e ajustando o quadro institucional de modo a torná-lo mais flexível. Realizar, em resumo, o que denominou de «abertura». Não foi outro o sentido da «missão Portella»: auscultar setores significativos da opinião pública e das correntes de pensamento e políticas do país, com o objetivo de introduzir algumas modificações na legislação a que está submetida a nação. Os dividendos eleitorais da Arena viriam na medida em que este partido seria visto como o responsável pelo «afrouxamento» do regime. Ao mesmo tempo, esperava-se dividir a oposição, ou seja, atrair para o bloco das «reformas liberalizantes» setores mais vacilantes das forças democráticas, a partir do argumento difundido por Portella, de que seria preferível avançar lenta e seguramente no caminho das «reformas», que botar tudo a perder com uma defesa intransigente da formação de um regime verdadeiramente democrático. O que houve de errado nisto tudo foi a Arena ter, essencialmente, negociado aquilo que não podia oferecer. Como formação política tutelada,

ela não tem capacidade para introduzir modificações no sistema institucional. A Arena pode ser, dadas as circunstâncias presentes, na melhor das hipóteses uma intermediária entre setores da opinião pública e o núcleo militar do regime.

É até possível que Portella e alguns dirigentes arenistas preferissem a realização das «reformas» agora, para tentar colocar a Arena em melhores condições eleitorais. Mas Figueiredo e Geisel decidiram diferentemente. Como tutores do partido governamental pareceu-lhes preferível acenar com as reformas e associar a Arena à chantagem eleitoral. Procedendo desta forma, eles cobriram a «missão Portella» de ridículo e desacreditaram ainda mais o já desacreditado partido oficial. Diante disto, de pouco adiantam as tentativas de última hora de nomear governadores estaduais capazes de acionar a máquina eleitoral arenista baseada no binômio corrupção-repressão. E a Arena foi finalmente obrigada a votar em sua convenção um nome, o de Figueiredo, em cuja escolha ela não teve nenhuma participação. Criou-se assim uma situação tão incômoda para os políticos do regime, que só a lógica truculenta e rudimentar de um José Bonifácio poderia explicar: o governo manda e a Arena obedece.

Depois de todos os episódios que marcarão a escolha de Figueiredo, aos quais ela assistiu inerte, a Arena perdeu a possibilidade de conduzir «aberturas» ou «reformas»; mais do que isto, ela permite resignadamente que sua sigla — já não muito digna — seja vinculada à chantagem grosseira de Geisel e Figueiredo. Compreende-se esta resignação: há impossibilidade de se apresentar diante do povo brasileiro como autora de algumas modificações liberais, vale mais contar com a sombra protetora do braço armado e acuar o eleitorado.

Mas esta política pode custar caro aos arenistas. O povo brasileiro disse um não categórico ao regime em 74. Na situação atual, em que se acentua o isolamento da ditadura, ele o fará provavelmente de modo ainda mais expressivo.

A segunda maneira que o regime buscou para inverter a tendência declinante foi o emprego da violência consubstanciada no «pacote de abril», instrumento elaborado para impedir, fundamentalmente, as possibilidades de campanha eleitoral da oposição.

Se a tentativa de envolver a oposição e beneficiar, desta forma, a Arena, fracassou, é possível fazer com que o «pacote» não surta os efeitos dele esperados. Há condições reais no Brasil de hoje para transformar a campanha eleitoral num movimento de proporções tais, que seja capaz de desbordar a legislação repressiva imposta pela ditadura; ao mesmo tempo em que se pode fazê-la um elemento com possibilidades de impulsionar a organização das lutas populares e operárias. As forças democráticas não podem aceitar a chantagem do regime; é ao contrário, a partir de uma ampla mobilização popular, capaz de assegurar a vitória das forças de oposição em novembro próximo, que o Brasil se aproximará da democracia.

P. Gonçalves

estudantes



Reorganização estudantil exige critério básico: representatividade real e unidade das massas

As primeiras manifestações universitárias de 1978 mostram que o maior problema do movimento estudantil persiste. Um dado extremamente positivo, a ampliação e a elevação do nível das lutas, contrasta com as deficiências de organização. Quanto mais crescer o movimento, tanto maior será a necessidade de organizá-lo convenientemente. Atualmente, os canais de intervenção democrática dos interessados na preparação e condução das ações ainda estão bastante obstruídos.

É o que indicam certos traços das referidas manifestações. Só não vê quem não quer ou quem é cego. Nos atos comemorativos dos 10 anos do assassinato do estudante Edson Luís, representantes de certas correntes ou tendências da pequena burguesia radicalizada «puxaram» palavras de ordem que nada tinham a ver com as razões e as intenções do conjunto dos manifestantes. Alguém, em São Paulo, chegou a tomar a palavra «em nome do Movimento de Emancipação do Proletariado». O que querem estas pessoas? Atrair a repressão para «radicalizar o processo»? Não acreditamos, a não ser quando se trate de provocadores que trabalham para a ditadura. Pensamos que, na maior parte dos casos, trata-se de pessoas que querem usar a cobertura do movimento de massas para aquilo que julgam ser a defesa de seus interesses grupistas ou pessoais.

Não temos pretensões monopolistas ou veleidades exclusivistas. O problema das correntes, tendências, grupos ou grupelhos é, neste sentido, de quem os integra. O que nos interessa é aquilo que chamaríamos de território comum de atuação, seja no movi-

mento universitário como em qualquer outro movimento popular ou democrático.

As movimentações que até aqui tiveram lugar foram massivas. Sua importância decorre do fato de que contaram com a participação de milhares de estudantes. Não tem sentido querer impedir que a burrice política e as segundas intenções tomem o bonde das manifestações. Ele é o bonde mais democrático que se possa imaginar.

Mas é justamente a amplitude crescente das manifestações que coloca a exigência também crescente de organização, de uma estruturação democrática. Através de entidades representativas, pode-se decidir democraticamente o que a maioria considera que seja positivo ou não, conveniente ou inconveniente, nos atos coletivos. Pode-se concentrar o fogo em determinados objetivos importantes para o conjunto, fazendo com que percamos sentido os atos isolados de radicalismo.

O exemplo do ato inaugural da campanha contra a carestia da vida, no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, é sugestivo. Havia uma série de forças reunidas num ato comum. O consenso entre elas era o de que a manifestação seria um ato pacífico e deveria desenvolver-se dentro dos limites possíveis. Como é de praxe nestas ocasiões, correu o boato: «os estudantes farão uma passeata». Os organizadores não tomaram nenhuma medida individual. Com o peso de sua representatividade, dirigiram-se aos manifestantes e disseram: «Que ninguém se transforme em agente provocador. Não concordamos com a idéia de realizar uma passeata». Sabiam que, do lado de fora, a polícia esperava qualquer

pretexto para intervir. Sabiam que, provavelmente, ela mesma espalhara o boato, para provocar o temor dos que haviam ocorrido ao colégio. Apelaram ao conjunto dos manifestantes, usaram a força política das massas reunidas. Quem tentasse algo contrário aos interesses deste conjunto que se demarcasse, esta perspectiva de isolamento foi bastante para desencorajar ações isoladas.

O que está acontecendo no M.U. é que, além de certos limites, as manifestações ainda não podem ser convocadas e dirigidas por entidades ou comissões representativas do conjunto dos manifestantes. Não sugerimos que elas sejam criadas artificialmente. Isto iria prejudicar o futuro do movimento e, concretamente, não adiantaria nada. Não teriam autoridade política.

Insistimos no que vimos dizendo desde que a estrutura de organização do M.U. foi golpeada, e particularmente nos últimos cinco ou seis anos. É preciso concentrar esforços na reorganização, a partir das salas de aula e segundo critérios de máxima representatividade.

É deste ângulo, finalmente, que voltamos a certos sintomas revelados pelas manifestações. As mesmas tendências da pequena burguesia radicalizada que introduziram elementos de provocação à revelia das massas participantes vão querer, que ninguém tenha ilusões, «construir» à sua maneira direções de entidades. Não as entidades propriamente ditas, mas supostas direções montadas mediante transações mais ou menos obscuras.

A cantiga é velhíssima e nós mesmos, comunistas, incorremos em tipos semelhantes de golpismo num passado que, felizmente, já é longínquo. Poderíamos falar de cadeira do assunto. O diabo é que, enquanto nós avançamos e compreendemos que a representatividade efetiva, seja qual for a coloração política dos elos, vale mais do que a entidade-bombo, porque o principal é que as massas se ponham em movimento e façam sua própria experiência; enquanto nós já aprendemos isto, surgem à cada dia neófitos que, incapazes de aprender com a experiência alheia, têm de passar pelo método do ensaio e erro. Pior que os neófitos são os viciados, os golpistas inveterados, que sempre subordinaram os interesses da maioria a seus próprios interesses de grupo ou pessoais.

Não receamos que o movimento de massas se perca por causa da ação de «esquerdistas», idealistas equivocados, ou provocadores com segundas intenções. A consciência dos estudantes elevou-se muito, sua experiência de combate à ditadura lhes fornece parâmetros coletivos para julgar o que convém ou não. O perigo é que as ações deixem de ser de massas, estreitem-se inclusive em função dos atos isolados.

Pensamos que a melhor resposta política a esta ameaça é uma posição unitária. Nós buscamos a unidade, não apenas a unidade «das esquerdas», das «forças consequentes» ou «avançadas», mas, mais do que isto, buscamos a unidade das massas, que é o que lhes dá sua força e sua capacidade de realizar transformações políticas. Todos aqueles que, consciente ou inconscientemente, quiserem prejudicar esta unidade nos encontrarão em seu caminho. Com estes, não pode haver contemporização. Muitas vezes, infelizmente, a luta contra a ditadura coloca a exigência de que eles sejam combatidos. Sem hesitações.

G. de Sá

1968-1978: dez anos depois o «esquerdismo» serve à reação

Dez anos depois de sua estrepitosa entrada no cenário político do mundo capitalista, com a ajuda dos meios de comunicação controlados pela burguesia, certo «esquerdismo» desta segunda metade do século começa a mudar de face e deixa aparecer o seu traço mais negativo: o emprego indiscriminado da violência, independentemente das situações concretas em que se desenrola a luta de classes. Se tal «esquerdismo» podia ser visto naquela época, apesar das lições do passado, como aliado inconsequente das forças populares, o «esquerdismo» que se irmanou ao extremismo não passa hoje de inimigo sem distar destas forças.

A reação teve a capacidade de instigar o desenvolvimento dos aspectos negativos do «esquerdismo» até o seu extremo. De maio de 1968 a março de 1978, da «rebelião estudantil» ao sequestro pró-fascista de Aldo Moro, o «quanto pior, melhor», a «guerrilha urbana», as «ações violentas com alvo definido», tudo isso perdeu a aparência de sonho romântico e transformou-se em pesadelo político. Hoje, o caráter espúrio, antidemocrático e antipopular de certas correntes do «esquerdismo» é objetivamente reacionário. E isto é cada vez mais evidente para milhões de pessoas.

Essa evolução de ruim para pior não pode ser creditada ao movimento operário. Ele se esforça, e não deixa de ter êxito em sua ação, para estabelecer contacto e absorver, a partir de uma posição crítica firme, o que há de politicamente legítimo no «esquerdismo» enquanto movimento de revolta anticapitalista.

A violência sempre foi um terreno natural para as forças reacionárias, elas são quem a utiliza cotidianamente, sob as mais variadas formas, mesmo se, em várias ocasiões, o povo em armas acabou por derrotá-las. Atualmente, as práticas conspirativas desligadas da luta de massas, as concepções militaristas da política, a adoção de grupos de ação armada em sociedades onde o combate dos explorados é travado em moldes que nada têm a ver com tais idéias e expedientes, porque eles conquistaram historicamente esta situação, tudo isto é objeto de manipulações cada vez mais audaciosas dos que trabalham por soluções fascistas.

Muito do que estava em germe em maio de '68, em 10 anos floresceu, desabrochou e começa a apodrecer rapidamente. Eram frutos do capitalismo, como também é o combate do proletariado, e existia aí um ponto de partida comum para um combate comum. Mais precisamente: maio de '68 tem suas raízes na crise profunda do capitalismo, revolta influenciada de modo mais ou menos vago pelas idéias do socialismo, mas que dele se afastou.

Entre nós, a trajetória de certas correntes «esquerdistas» foi rápida. Uma vez consumado o abandono do movimento de massas (e aí está toda a questão), deram o passo à frente e enveredaram pelo caminho estéril da aventura política. Era a lógica implacável do que haviam desencadeado. O sequestro de

Elbrick é sua primeira grande resposta espectacular (e sintomática) ao A1-5. Sem nenhuma noção de história, à margem das massas, haviam caído no desespero, mesclando rudimentos de idéias revolucionárias com um fundo ideológico religioso. A ditadura preparou-se para tirar melhor partido deste desespero, onde heroísmo e verbalismo revolucionário se mesclavam. E conseguiu.

Em alguns anos, aqueles «esquerdistas» tinham passado por uma experiência trágica e contribuído, em certa medida, para justificar o uso do terror policial contra o povo. É uma história dolorosa. Muitos dos jovens que foram sacrificados, neste desvio sangrento e politicamente sombrio das lutas populares, eram militantes que se haviam destacado no movimento de massas, particularmente na Universidade. A autocrítica que tantos realizaram mostra que a todos estão abertas as portas do retorno à estrada real. Mas a responsabilidade histórica pelo que foi feito permanece inteira. Todos os grupos, maiores ou menores, formados em 1968 foram advertidos politicamente. Entre os que advertiram estava o Partido Comunista Brasileiro, que tinha feito sua própria experiência desta política; claro, num momento pouco brilhante de sua história. Quando falamos em responsabilidade, referimo-nos a algo que é coletivo, às responsabilidades dos grupos como tais. Os casos individuais variam infinitamente, e muitos deles são dignos do maior respeito.

Mais do que examinar esta história recente, interessa-nos considerar o presente e olhar para a frente. A grande pergunta, suscitada muito concretamente por certos sintomas que estão surgindo no movimento universitário, no meio jornalístico e mesmo em áreas fronteiriças do movimento sindical, é: isto vai recomeçar? Vão insistir na perigosa linha de 1968?

Tudo indica que muitos remanescentes daquele ano, já sem a seiva e aura popular de então, aprenderam ao menos alguns ensinamentos básicos. A experiência chilena, o contacto com a realidade dos países capitalistas desenvolvidos, a observação dos rumos que tomou o terrorismo no mundo obriga todos a uma séria reflexão. Se, infelizmente, muitos não aprenderem tudo o que deviam e podiam, os erros mais evidentes foram certamente compreendidos. Além disso, a pressão do exterior, mesmo da linha chinesa, não tem hoje a mesma intensidade, ainda que perdure.

Isto significa que estejamos preconizando um desaparecimento do «esquerdismo» em nosso país? Nada disso. O «esquerdismo» é um problema de classe. Sua importância depende do resultado, no seio da pequena burguesia, do combate político e ideológico travado entre a classe operária e a burguesia, entre as forças da democracia e do socialismo e a reação. Assim, suas premissas existem entre nós, na medida em que o Partido Comunista e as demais forças populares não podem ocupar muitos espaços da vida política e não destruíram no momento de boas

condições para transformar em influência política e ideológica a importância social dos trabalhadores.

Mas uma coisa é a tendência «esquerdista», que aparece mil vezes por dia em mil lugares diferentes, inclusive entre os comunistas, e outra são organizações ditas de esquerda voltadas hoje para a prática do terrorismo.

Se, amanhã ou depois, viesse a se reproduzir algum ato de terrorismo com rótulo de esquerda, ou algo de semelhante, em nosso país, as forças democráticas e populares não teriam como se enganar: ele só poderia ser obra da ditadura ou de quem, interna e externamente, a apóia. Na melhor das hipóteses, teríamos mais uma vez gente equivocada trabalhando objetivamente para o inimigo. Mas mesmo esta é hoje uma hipótese remota.

Dizemos isto porque não temos conhecimento de nenhum grupo que se preterida de esquerda e cuja linha política preconize a realização de atos deste tipo. Não sabemos de nenhuma força ou pessoa que, tendo alguma relação identificável, seja ela de que tipo for, com a história da luta pelo socialismo no Brasil, esteja propensa a isto. O Partido Comunista não é onisciente nem onipresente, mas não é desinformado.

Aos que estão despertando hoje para a luta política e para as idéias do socialismo fora da nossa área de influência política e ideológica, aos que tiveram no passado suas razões de desencanto com nosso Partido e participam da luta longe de nós, dizemos: estes 10 anos de história do «esquerdismo» não deixam margem a certo tipo de dúvidas.

Nós temos, como partido, nossa responsabilidade histórica no que aconteceu. Mas há muitos anos, e mesmo se não pudemos superar todas as ambigüidades políticas e ideológicas que existem em nossas próprias fileiras, temos uma posição clara sobre a luta pela revolução socialista no Brasil. Faz 20 anos que o nosso Comitê Central aprovou uma declaração que rompia sem equívoco com o Manifesto de Agosto de 1950. Esta linha foi aprovada em nosso V Congresso. Faz 10 anos que, em nosso VI Congresso, afirmamos a linha da resistência de massas sob as condições de ditadura, mesmo se o Jornal do Brasil se julgou em condições de publicar-lhe a Resolução sob o título provocativo de «PCB já admite a possibilidade da luta armada», reduzindo fraudulentamente dezenas de páginas a algumas linhas.

Os prejuízos políticos do «esquerdismo», do aventureirismo, do desespero não se verificam apenas quando ele assume a forma extremada do terrorismo. O «esquerdismo», que é na sua origem uma manifestação de atraso cultural, científico, ideológico e, acima de tudo, político, sempre dá prejuízo. «Esquerdismo» e direitismo não passam, por sinal, de fórmulas tradicionais para designar — às vezes grosseiramente — um mesmo fenômeno global: pois a linha de demarcação é uma linha de interesses e perspectivas de classe.

Assim, vale a pena advertir. Na luta política paga-se caro a repetição de um erro. De uma análise errada decorre uma prática errada, negativa para nós e positiva para o inimigo. O mínimo que se tem o direito de esperar é que, quando se faz alguma coisa em nome do povo, se levem em conta os interesses, as aspirações e as opiniões deste povo. Que já pagou um preço muito alto pela irresponsabilidade de alguns.

Jaime dos Santos

Dar os «anéis» para evitar o pior na economia

A política económica, em 1977 como em 1976 e em 1978, baseia-se em dois dogmas: controlar o défice no balanço de pagamentos e «combater» a inflação. Para tanto, como evidentemente não se pensa em mudar uma polegada nos contornos externos do regime, a alternativa é a política de «desaceleração desejada», que evite uma quebra nas contas externas ou o afogamento por uma taxa de inflação incontornável. É mais ou menos a política de entregar os anéis para não perder os dedos... enquanto se espera a recuperação da economia mundial.

Para equilibrar o balanço de pagamentos, a proposta é controlar o nível das importações (em 77 um pouco abaixo dos 12 bilhões de dólares), que diminuíram 2% em relação a 1976. Não temos ainda dados para analisar o peso da recessão e da substituição de importações nessa queda. Pelo lado das exportações a proposta é, evidentemente, incentivá-las. Contra previsões extremamente otimistas de que atingiram 14 bilhões de dólares, elas foram apenas um pouco superiores aos 12 bilhões (jogando aí um papel fundamental o café, com a fabulosa subida de preços do início do ano perante uma receita suplementar de 3 bilhões). Houve também um aumento significativo das exportações de manufaturados: 20% em relação ao ano anterior. Com a conjugação desses dois fatores, conseguiu-se um superávit na balança comercial (US 139 milhões) e uma queda importante no défice da conta de transações correntes: de 6,1 bilhões de dólares para 3,9 bilhões.

A dívida externa, segunda maior do mundo e superada apenas pela canadense, ficou em 31 bilhões de dólares. A entrada de capitais excedeu a expectativa (US 7,2 bilhões). Vale ressaltar que o mercado financeiro mundial está extremamente favorável à concessão de empréstimos. Os «petrodólares» (os países exportadores de petróleo tiveram um superávit em conta corrente de 31 bilhões de dólares) e os «eurodólares», sem boas perspectivas de remuneração dado a crise nos países industrializados, continuam procurando os países subdesenvolvidos, onde, apesar de possíveis riscos colocados pelos níveis de endividamento, a lucratividade é maior. Destaca-se também o «presente» que o Brasil ganhou por ter «controlado bem suas contas externas»: a taxa de risco denominada *spread*, que é, digamos, a cotação do grau de risco que significa investir em cada país, e que durante todo o ano esteve bastante elevada para o Brasil, caiu no final do ano.

Assim mesmo, a situação é apertada: em 1977, cerca de 45% da receita de exportações foi destinada ao pagamento do serviço da dívida (juros, US 2,2 bilhões, mais amortização, US 3,4 bilhões). Uma das propostas para «solucionar» o problema do endividamento

que no último ano ganharam mais força e mais defensores é a de transformar a dívida, não só das empresas privadas mas também das estatais, em ações. Alguns passos, além de declarações de entusiasmo, já foram dados no sentido de concretizá-la: para as empresas privadas, a regulamentação já está pronta, elas poderão descontar do imposto de renda os dividendos pagos pelas ações assim originadas. O governo alega que isto não representará desnacionalização da economia, porque as ações serão preferenciais...

As diversas medidas de política económica podem ser divididas em tres grupos: as adotadas em nome da «diminuição das importações», em nome do «aumento das exportações» e em nome da «diminuição da inflação». No caso de aumento das exportações, nenhuma medida importante nova foi adotada. Continua a parafarnalia dos incentivos, subsídios e prémios para quem quiser (ou puder) fazê-lo. Os caminhos para «atingir» os outros dois objetivos são mais ou menos os mesmos: controlar o crescimento, para evitar um «superaquecimento» que aumentaria a demanda de «importados» ou pressionaria os preços para cima.

É para atingir estes objetivos que são efetuados cortes nos investimentos públicos que repercutem em toda a economia brasileira (dado o peso enorme das empresas estatais) e na situação específica de alguns setores. O setor nacional de bens de produção, por exemplo, cujo maior comprador é o Estado brasileiro, se vê hoje com uma capacidade ociosa de 20% (a previsão para 1978 é que ele atinja 30%), em função direta dos cortes. Os capitalistas do setor vêm acusando o governo de adotar uma política perigosa de desaquecimento, e de não ter objetivos definidos, pois foi para responder às gordas promessas de encomendas previstas no II PND que a capacidade instalada foi aumentada.

A explicação dos cortes é que esses investimentos são feitos com empréstimos externos e a participação do Estado na dívida já atinge os 54%.

A política monetária do «arrocho» também responde à mesma estratégia de desaceleração e continuará fazendo-o em 1978. Para a inflação, apesar da operação «tira chuchu e bota abobrinha», o índice foi bastante elevado: 39%. Em 1978, espera-se um recrudescimento no crescimento dos preços, por causa das más perspectivas das safras de uma série de produtos agrícolas que têm grande peso no cálculo do custo de vida (a menos que sejam todos eliminados do índice, como aconteceu com o chuchu...). Quanto ao crédito, dois problemas. O primeiro referente ao volume. Já bastante limitado em 1977, as previsões para 1978 são de crescimento negativo. O limite máximo de expansão para o crédito nominal, privado e público, está estabelecido em 31,2% (e 32,4% para a agrícola), e ninguém, nem mesmo Simonsen, acredita que a inflação seja inferior a esse índice. Por outro, o CDI e o BNDE sofreram violentos cortes. No primeiro caso, a redução é de 70%. Quanto ao BNDE, alguns de seus técnicos declararam que a verba definida não será suficiente nem para saldar os compromissos já assumidos. O segundo problema é o do nível elevadíssimo das taxas de juros (agora liberadas), tornando o crédito difícil para as pequenas e médias empresas e provocando um alto grau de endividamento em todas as que dependem do crédito

doméstico. É evidente que os grandes monopólios, sobretudo os estrangeiros, que têm acesso fácil ao crédito externo a taxas de juros bem mais baixas, se fortalecem relativamente aos outros setores neste processo. Através dessa elevada taxa de juros, assiste-se a um processo de transferência maciça de capital do setor industrial para o bancário. Nos últimos tres anos, enquanto o PIB cresceu 26%, os lucros bancários aumentaram 260%.

A política salarial, como não é surpresa para ninguém, foi de arrocho. A maioria dos reajustes salariais foi fixada em 40%, percentagem que seguramente terá ficado abaixo do aumento do custo de vida durante o período de 12 meses em que vigorou.

A adoção de restrições à concessão do crédito direto ao consumidor foi também uma medida importante, que acarretou a queda na venda de uma série de produtos (sobretudo automóveis), em relação aos quais esse esquema de financiamento era decisivo. Cabe destacar que há tres anos, quando o governo ensaiou a adoção dessas mesmas medidas, a pressão da indústria automobilística foi tão forte que, ao cabo de poucos meses, elas foram revogadas...

Se essa foi a tônica geral da política económica, salvaram-se os setores incluídos nos chamados «programas especiais» que tiveram créditos subsidiados e incentivos. Incluem-se aí setores de base, que contribuem para a substituição de importações, e os produtos agrícolas de exportação.

Em suma, a política económica adotada foi de «arrocho», tentando-se porém aplicá-la de uma forma seletiva. O «arrocho» e os critérios de seletividade têm sido alvo de críticas de vários setores da burguesia. No atual quadro político, e principalmente num ano de eleições parlamentares, a atual política de alargamento da crise será fonte de tensionamentos, não só entre a classe operária e os assalariados em geral, de um lado, e o governo, de outro, como entre setores das classes dominantes e o atual grupo dirigente. Em 1978, a crise na construção civil ameaça ser forte, face ao fechamento da Carteira Imobiliária da CEF, acarretando dispensa em massa de empregados; o setor nacional de bens de capital tende a ter sua capacidade ociosa aumentada, com os cortes nos investimentos públicos (por outro lado, enfrenta a concorrência do capital estrangeiro, que se apossa a passos largos do setor). Reivindica o estabelecimento de uma reserva de mercado e tem feito duras críticas à política de desaquecimento e de obtenção de créditos externos vinculados a importações de equipamentos. A indústria automobilística, que conseguiu se safar este ano aumentando as exportações, volta à carga contra as restrições ao crédito direto ao consumidor, num coro entoadado também pelo comércio, e o governo já está «pensando» em fazer algumas modificações no sentido de facilitá-lo. Haverá ainda os problemas mais gerais que causarão a violenta limitação dos créditos. Apesar de diversas declarações de Simonsen, Veloso e.c.c. de que as eleições não terão nenhuma influência sobre os rumos já determinados da política económica, é de se esperar que o governo recue e que lindemos 1978 com um razoável crescimento do produto, e com inflação e défice no balanço de pagamentos recrudescidos.

A Constituinte livre e democrática como marco de um regime que o povo anseia

A resolução política do Comitê Central de nosso Partido, aprovada em dezembro último, reafirmando um elemento que já constava da linha traçada pelo VI Congresso, coloca no primeiro plano de nossas preocupações a luta pela Constituinte. A Assembleia Nacional Constituinte, livre e democraticamente eleita, diz a resolução, «é a nossa proposta para o fim deste regime».

A satisfação das exigências da plena liberdade que acompanham a reivindicação da Constituinte, tal como ela é entendida pelos setores mais combativos da oposição, pressupõe a abolição de todas as leis de exceção, o desmantelamento do aparelho repressivo do fascismo, a garantia de expressão e organização de todas as correntes políticas. Não só o fascismo terá sido assim abolido, mas, ao mesmo tempo, estariam criadas algumas condições necessárias ao estabelecimento de um regime democrático em nosso país. Abre-se a possibilidade de constituir uma ordem político-institucional antifascista, formalizada numa Constituição antifascista, permeável à ascensão das forças representativas do mundo do trabalho e da cultura à direção da sociedade e do Estado.

O alcance da luta pela Constituinte situa-se naqueles confins, que nem sempre são identificáveis de um ponto-de-vista formal, entre estratégia e tática. É incontestável o sentido de atualidade da palavra-de-ordem enunciada. A Constituinte pode ser o elemento catalizador das diferentes lutas sociais que dão vida ao movimento de oposição ao fascismo, criando um desaguadouro comum onde eles tendem a convergir. Seria no entanto amesquinhar o conteúdo da luta pela Constituinte enxergar nela apenas suas virtualidades táticas e dar-lhe o mesmo estatuto de outras exigências que a vida política formula, às vezes com premência muito mais imediata, como é o caso da Campanha pela Anistia e das eleições parlamentares deste ano, por exemplo.

A Constituinte livre e democraticamente eleita representaria a culminância do processo que está em curso, de isolamento político e derrota do fascismo, que mais atenderia às aspirações populares. Por isso é um absurdo que não nos ocorre contrapor o empenho em vê-la consagrada à participação de corpo e alma nas lutas imediatas em que o conjunto da oposição se reforça, e, no interior dela, as correntes políticas que de uma forma ou de outra se norteiam pelo interesse dos trabalhadores.

Entendemos, no entanto, que a Constituinte não é inelutável. O certo é que a vida política está mostrando a escassez de possibilidades do desenvolvimento a longo prazo do sistema institucional brasileiro no sentido da exacerbação do autoritarismo. Ainda que o General Figueiredo «exploda» — que Deus nos livre e guarde do tal pesar — qualquer observador da vida política de nosso país é

obrigado a reconhecer que o movimento real da sociedade brasileira aponta na direção de um grau maior de controle do Estado pela sociedade civil, através do reforçamento dos mecanismos de representação política. Até mesmo o suspetíssimo Delfim Netto — não há como evitar, evocando-se suas relações com a oligarquia financeira, a lembrança da divisa daquela célebre marca fonográfica: a voz do dono — fazia recentemente a isto (n. 63) declarações nesse sentido. Falando dos operários, dos intelectuais, dos «colinhos brancos», dos profissionais liberais, o financista constata a miséria política em que se encontram essas categorias sociais: «estão marginalizados». Esta situação é avaliada como perigosa para o funcionamento da economia. Por isso, sentencia ele, «temos que incorporar todas as forças sociais se quisermos que a economia continue funcionando direito». É uma maneira, como qualquer outra, de reconhecer que o isolamento político em que se encontra o fascismo é de tal ordem que o regime, tal como existe hoje, é considerado por expressivos setores das próprias classes dominantes como não sendo o mais adequado para garantir a reprodução das relações sociais onde se enraiza sua dominação política.

O que não se pode afirmar com certeza é que o desenlace dos longos anos de luta contra a ditadura será a convocação de uma Constituinte. Tudo depende do grau de acuidade que vier a assumir a crise política que solapa a atual forma de dominação dos monopólios no Brasil. A Constituinte dificilmente se imporá como a única instância apropriada à definição de um novo arcabouço institucional para o país enquanto não se exaurirem os recursos políticos da oligarquia financeira e do grupo militar que em seu nome governa o país. Eles são variados, não nos iludamos. Os sussurros de Portella, as asperezas de Geisel, as ameaças de explosão de Figueiredo, os projetos de vários porta-vozes do Planalto para uma versão caipira da social-democracia, eis aí uma multiplicidade de tons através dos quais, atarantados, penam às vezes os democratas em distinguir a mesma música. Por outro lado, a capacidade de manobra do atual bloco no poder será tanto mais estreita quanto mais firmemente estiver ancorado na consciência dos trabalhadores, a condicionar-lhes sua ação política concreta, um conjunto de aspirações e princípios em nome dos quais se exigirá a elaboração de um novo pacto social, expresso numa constituição democrática.

Seria pedante e irrisório esboçarmos aqui, e nesta fase da luta, um anteprojeto de Constituição. É no entanto urgente procurarmos identificar, desde já, os pressupostos das necessidades constitucionais da oposição popular ao fascismo e em particular da classe operária. As considerações que se seguem pretendem ser uma contribuição neste sentido.

Ao nosso ver, esses pressupostos se organizam em torno de algumas idéias básicas em que nos fundamos para propor que o coroamento do processo de derrubada do fascismo seja o reordenamento constitucional do país.

Nosso ponto de partida é a noção do enorme contraste entre o que é considerado, ainda que confusamente, como indispensável em termos de bem estar e liberdade para milhões de brasileiros, e a teimosia do sistema em negar a satisfação dessas aspirações. O que é coerente com a sua essência, naturalmente.

A persistência desta situação configura uma crise social e política cuja responsabilidade recai inteiramente sobre os ombros de uma casta de grandes capitalistas. Eles usufruem de enormes privilégios e impõem à imensa maioria do povo um sem-número de privações e discriminações de todo o tipo, sob a égide de um regime totalitário.

Não se pode subestimar a profundidade da crise que afeta nossa sociedade. Ela é perceptível, de forma mais dramática, no confronto entre a miséria e o opulência. Ela se constata igualmente em outras dimensões da vida social: os desequilíbrios regionais; a urbanização selvagem; a manipulação dos meios de comunicação; o obscurantismo, o elitismo, a desnacionalização das diferentes esferas da vida cultural; a relação predatória com o meio ambiente; as discriminações de que é vítima a mulher; o despotismo patronal nos locais de trabalho; a prepotência e a arbitrariedade dos que se acham investidos de autoridade, em todos os níveis em que se dá a relação entre o cidadão e o poder público.

O conjunto dos males apontados, numa enumeração que não se pretende sistemática nem muito menos exaustiva, não era inevitável. Ele decorre de uma política deliberada das classes dirigentes que, em nome de seus interesses particulares, e visando à conservação de determinadas estruturas políticas, econômicas e sociais, levou à degradação das condições materiais e morais da vida da nação.

Estamos pois diante da falência do papel nacional das velhas classes dirigentes, o que coloca o problema de sua substituição na direção do Estado por forças que possam imprimir um novo curso à vida nacional. Referimo-nos à comunidade do mundo do trabalho, manual e intelectual, que representa a maioria dos cidadãos, e que, como maioria, tem interesse num regime político emanado diretamente da soberania popular e nela baseado. Acreditamos que a nova Constituição, a que aspiram as correntes democráticas mais combativas, deverá, no seu conteúdo geral, nas suas disposições concretas e nas condições de sua elaboração, abrir a via para a solução deste problema. Trata-se portanto de uma Constituição antifascista capaz de proteger o povo contra aqueles que, por controlarem o essencial das riquezas do país, queiram impor seus desígnios pela violência.

O sucesso da luta pela Constituinte nos dias de hoje passa por um esforço de veiculação destas proposições por ocasião de cada uma das lutas concretas que vão preparando a derrota do fascismo, entre as quais se avultam as eleições de novembro.

Quem vai «expludir» primeiro?



Forças democráticas impõem recuo de ditaduras militares na América Latina

A dominação de tipo militar que os monopólios internacionais e as oligarquias financeiras nacionais vêm tentando impor aos países latino-americanos parece estar entrando numa fase de crise aguda. Ressalvem-se, antes de mais nada, as peculiaridades nacionais. É evidente que os regimes militares pró-oligarquicos, pró-imperialistas e antidemocráticos não se apresentam de forma igual nos diversos países em que este tipo de regime ocorre; seus mecanismos de sustentação e suas alianças se diferenciam de caso para caso, da mesma forma que o nível da luta popular não é idêntico em todos os países. É possível, entretanto, detectar um fenómeno geral de recuo dos diversos regimes em questão; há na base deste fenómeno um traço comum. As ditaduras militares que chegaram ao poder com o objetivo de acelerar o processo de concentração monopolística e beneficiar, assim, os grandes grupos internacionais e nacionais, não conseguiram, ao longo do tempo, quebrar a resistência da classe operária, do movimento sindical e das demais correntes democráticas. Isto levou a que, num prazo histórico, forçosamente desigual, estas ditaduras se isolassem no plano social e fossem obrigadas a efetuar reajustamentos jurídicos, pela decretação de medidas tendentes a liberalizar um ou outro aspecto da vida política.

Na Bolívia, no Chile, e mesmo na Argentina, onde o regime militar tem dois anos de vida, as ditaduras não conseguiram chegar a um nível de estabilidade que lhes permitisse desenvolver a política de sustentação dos monopólios. Em cada um destes países, as resistências opostas pelas forças democráticas da sociedade foram capazes de impor sucessivas derrotas a seus respectivos governos, obrigando-os a recuos que se traduziram em outras tantas concessões.

O regime de Banzer, na Bolívia, foi obrigado a ir mais longe que seus dois vizinhos,

Apesar de resultados econômicos aparentemente mais satisfatórios, em que a diminuição da taxa de inflação foi obtida às custas de uma brutal exploração das massas trabalhadoras, a luta sindical e a pressão das correntes democráticas, produzindo frequentes divisões nas Forças Armadas fizeram com que este regime entrasse num quadro de instabilidade crônica. Banzer foi, primeiro, levado a convocar eleições gerais, parlamentares e presidenciais, para julho de 1978.

Num segundo momento, a pressão redobrada do movimento popular e democrático, oteve a anistia geral e a legalização das diversas correntes políticas do país. E, como resultado final, tornou-se impossível para o ditador apresentar-se como candidato às eleições presidenciais, de modo a que estas eleições oferecessem a fachada democrática pretendida por ele. A dinâmica criada pela campanha eleitoral permitiu a intensificação da luta pela anistia, o que limitou a área de manobra da ditadura, até que se chegasse ao ponto em que Banzer teve que declarar a sua própria retirada da cena política do após as eleições.

Simple farsa eleitoral? Pura substituição de um ditador por outro?

Dificilmente esta versão resiste à análise dos fatos. A ditadura militar boliviana tinha atingido um nível de isolamento que tornou impossível a manutenção da dominação militar. Banzer foi obrigado a recuar, sob pressão das forças populares e democráticas. Isto cria uma situação diferente no país, que fatalmente se refletirá na correlação de forças durante o próximo período presidencial, independentemente do próprio resultado das eleições. O que se passou foi, em última análise, uma vitória do povo boliviano e das forças democráticas e antimperialistas na América Latina.

A decretação recente de uma anistia no

Chile obedece, ainda que em grau diferente, à mesma dinâmica. O plebiscito convocado por Pinochet no início de 1978 não atingiu o objetivo desejado, qual seja, o de dotar o regime chileno de uma certa aura de estabilidade. A ditadura de Pinochet continua a provocar, interna e externamente, a mesma indignação na opinião pública. O isolamento internacional da ditadura militar chilena, reforçado por episódios como o assassinato de Letelier, que envolve diretamente o próprio regime, transformou-se, assim, num fator que permite impulsionar a luta pela democracia naquele país. A situação catastrófica da economia, em que a dívida externa representa cerca de 50% do PIB, o desemprego que atinge aproximadamente a 30% da população são outros tantos fatores que aceleram a instabilidade do regime, que se tornou suspeito até mesmo para setores conservadores que tinham participado do golpe dirigido contra o governo Allende. As divergências começam a aparecer inclusive dentro da própria junta militar: um de seus membros, Gustavo Leigh, começa a pedir que seja acelerado o processo de volta do país à democracia. É neste quadro que deve ser compreendida a decretação da anistia.

Pinochet não pôde evitar que a soma dos descontentamentos, que a resistência oferecida pelas forças democráticas, fosse capaz de aumentar o isolamento do regime, torçando-o a medidas como a que acaba de ser tomada.

Da mesma maneira, as coisas parecem ir mal para a junta militar que dirige a Argentina. A necessidade de alargar as bases políticas e sociais do regime argentino obriga a que Massera busque contatos com dirigentes peronistas exilados, como aconteceu recentemente em Paris. O balanço dos dois anos de existência da ditadura militar argentina é mais que lamentável. A uma repressão selvagem, assinalada pelos sequestros, torturas e assassinatos de milhares de pessoas, soma-se uma situação extremamente grave na economia.

Sucedem-se as falências das médias e pequenas empresas; a inflação é alarmante; tudo isto em proveito do pequeno grupo de proprietários rurais encabeçados pelo Ministro de Economia, Martínez de Hoz.

Mas o regime não conseguiu vencer a resistência da classe operária e do movimento sindical: as greves operárias atestam o espírito de luta que existe no proletariado argentino e que impediu, até agora, a estabilização do poder ditatorial. Aprofundam-se, em consequência disto, as divergências na junta. São mais do que visíveis, hoje, os choques de posição entre Videla e Massera, refletindo a necessidade de incorporar grupos e correntes políticas ao regime.

A ditadura militar, como forma de dominação dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros não conseguiu assegurar, pelo esmagamento da classe operária, o domínio do capital financeiro na América Latina. A resistência das forças democráticas nos diversos países pode, como vem fazendo, derrotar este tipo de dominação e restabelecer a democracia, ao mesmo tempo que estimula e desenvolve a luta antimperialista. A derrota de um governo militar reacionário é, nas atuais condições da América Latina, um triunfo das forças democráticas e populares e, ao mesmo tempo, uma derrota do imperialismo.